

Sob a sombra do dybbuk: necropolítica e identidade em *K*: Relato de uma busca

*Ulisses Karnikowski*¹

*Lizandro Calegari*²

Resumo: *K: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, retrata o personagem K e sua reconstrução identitária após o sumiço da filha, Ana Rosa, vítima da necropolítica ditatorial brasileira. Esta pesquisa objetivou averiguar como esse processo de (re)construção é urdido na obra de Kucinski. Para isso, partimos de Mbembe (2016) e seus estudos basilares acerca da necropolítica, além dos estudos do trauma e seus relatos, de autores como Seligmann-Silva (2008) e Jeanne Marie Gagnebin (2013). Após a perda da filha, o protagonista K passa a rememorar os momentos que seguiram o desaparecimento dela, enquanto reflete acerca dos fatos com o olhar da pós-perda. Ele passa a questionar sua identidade anterior, os hábitos que tinha e sua própria ligação com a cultura judaica. K parece não conseguir reconfigurar uma nova identidade que lhe dê conforto com o trauma, diz se sentir assombrado, e a obra, dessa forma, acaba por se constituir em um compilado dos gritos desse fantasma da perda.

Palavras-chave: Bernardo Kucinski. Necropolítica. Trauma. Ditadura Militar. Identidade.

Bernardo Kucinski apresenta em *K: Relato de uma busca* (2014), uma obra semibiográfica, na qual se baseia no desaparecimento da irmã, Ana Rosa Kucinski, durante o período ditatorial militar brasileiro. Em um profundo e intimista exercício literário, o autor mescla realidade e ficção para que possamos nos aproximar da subjetividade de uma pessoa estigmatizada pelo trauma. Na obra, o protagonista K, um escritor polonês

1 Mestre em Letras pela UFSM-RS. Atualmente, integra o grupo de pesquisa Literatura e História.

2 Doutor em Letras pela UFSM-RS. Atualmente, é professor de Literatura no Colégio Politécnico da UFSM e no PPGL (Mestrado e Doutorado) da mesma instituição.

judeu que veio morar no Brasil, investiga e rememora trechos de sua vida relacionados com a filha, buscando respostas que possam lhe trazer algum tipo de acalento. Dessa forma, o processo do trauma se configura em uma chave de leitura que nos direciona à reformulação identitária desse personagem, já que sua vida foi atravessada pela necropolítica estatal que marcou o longo período da história do Brasil entre 1964 e 1985.

Assim, a presente pesquisa objetivou perceber como o trauma afeta a formação identitária do protagonista de *K: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. Para isso, buscamos entender a base do surgimento do conceito de necropolítica com Mbembe (2016), além dos estudos acerca do trauma e do relato traumático, com pesquisadores como Seligmann-Silva (2008) e Jeanne Marie Gagnebin (2013). Dessa forma, a pesquisa mira na percepção da forma pela qual o protagonista vê a si mesmo em relação ao seu lugar no mundo, após o evento traumático que tematiza a obra. Atentamos para como o movimento de retomada do trauma afeta a dicotomia: identidade e diferença, apresentada pelos Estudos Culturais. Ainda, buscamos perceber como as políticas de terror e violência mantiveram identidades como a de Ana Rosa no esquecimento, fazendo uso do que Michel Foucault (2008) denomina biopoder, e Achille Mbembe (2016) avança, denominando necropoder.

Necropolítica e os horrores do estado

A violência de Estado que ecoa na vida do protagonista de *K: Relato de uma busca* (2014) levanta a problemática das ações políticas para a disseminação e a permissividade da morte, a partir da realidade brasileira do período ditatorial, ocorrido na segunda metade do século XX. O filósofo camaronês Achille Mbembe foi ao âmago dessa discussão ao cunhar o conceito de necropolítica, tomando, como base epistemológica, o pensamento de Michel Foucault, especificamente seguindo o trilha conceitual

da biopolítica, e o controle estatal sobre o corpo dos indivíduos. Mbembe (2016) desconstrói o conceito foucaultiano pensando os diversos níveis que envolvem as vítimas da necropolítica e os ecos sociais deixados por essa forma de imposição do poder controlador. Na verdade, compreendemos que Mbembe reflete não só a violência partindo de um Estado como uma entidade, mas também a que é exercida pelos sujeitos que detêm o poder estatal. (MBEMBE, 2016).

Achille Mbembe (2016) apresenta ao mundo uma leitura da violência sob uma ótica africana, tomando como base os atos de colonização forçada que ocorreram e ocorrem na modernidade. A visão do filósofo nos dá importantes chaves interpretativas para pensarmos a realidade brasileira, tendo em vista que o país passou por semelhante processo histórico de opressão colonial. A imposição cultural e ideológica ocorrida nas colonizações pelo mundo trouxe consigo o espírito da dominação pelo direito divino, legitimando os atos de violência a partir de uma ideologia supremacista que valoriza apenas a cultura imposta verticalmente como verdadeira e basilar.

Com isso, a soberania do Estado opera não só com poder sobre decisões da organização social mas também sobre os indivíduos, detendo “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (MBEMBE, 2016, p.135). Esse necropoder estatal é exemplificado por Mbembe (2016) por meio de ocupação na Palestina e dos abusos vistos nesse processo, deflagrando a criação de um processo de terror para ter êxito na conquista territorial. Após uma análise detalhada sobre os processos de avanço e conquista territorial em Gaza e na Cisjordânia, Mbembe (2016) percebe que um dos principais métodos dessa implementação do terror pelo necropoder é a fragmentação das comunidades, evitando qualquer tipo de resistência.

O domínio total sobre as vidas dos ocupados e violentados fomenta a criação das necropolíticas, permitindo uma espécie de estado de

sítio constante. Nesse processo, “o deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de seus meios de renda. Às execuções a céu aberto somam-se matanças invisíveis” (MBEMBE, 2016, p.138). A imposição do Estado, pelo necropoder, do que é certo e errado, de onde ir e vir e mesmo de quem vive ou morre, surge do ímpeto pela busca territorial colonial e instaura-se no âmago social por meio de grupos militarizados cambiantes, dando aos estados soberanos o que Deleuze e Guattari (apud MBEMBE, 2016) colocam como “máquinas de guerra”. A partir dessa realidade africana do século XX, Mbembe (2016) afirma que os Estados podem, eles mesmos, se tornar essas máquinas, trazendo para dentro de si a política de morte, caso seja necessária a manutenção (após a imposição) do poder.

Tornando a lente ao avesso, para a ótica das vítimas, o eco residual da necropolítica está no rastro de destruição deixado e no trauma causado com os apagamentos nos que ficam, sendo impedidos de exercer o mesmo direito de justiça pregado pelos agressores. Como afirma Mbembe (2016), “mantidos abaixo do terror do sagrado se encontram a escavação constante de ossos desaparecidos; a permanente lembrança de um corpo rasgado em mil pedaços e irreconhecível; os limites, ou melhor, a impossibilidade de representação de um ‘crime absoluto” (MBEMBE, 2016, p.136). Assim, o terror causado pela necropolítica estatal afeta não só o presente das pessoas, com o constante terror, mas também seu passado, suas memórias e sua formação identitária, a qual passa a ser marcada pelo trauma.

A formação identitária em meio ao trauma

Memória e identidade estão interligadas. Resgatamos a visão de Joël Candau (2021), que interrelaciona ambas ao afirmar que somos nós, com base na nossa identidade e subjetividade, que modelamos a memória e,

por sua vez, ela também acaba nos modelando. A leitura de K: Relato de uma busca (2014) joga um questionamento nessa afirmação: e quando essa memória é afetada pelo trauma? A realidade da violência estatal militarizada, durante a ditadura militar brasileira, deixou sequelas que ecoam até os nossos dias.

A noção de identidade, na modernidade tardia, é vista pelos Estudos Culturais através da diferença, das diversas alocações do sujeito na sociedade e de como essas posições afetam a sua construção identitária constantemente (HALL, 2006). Esse deslocamento é apontado por Stuart Hall (2006) como tendo potencialidades positivas, uma vez que desarticula identidades já fixadas no passado. Porém, isso não é possível em uma sociedade regida pelo terror imposto pela necropolítica, que se utiliza da noção da diferença para determinar a sua soberania.

Esse potencial de rebaixamento das identidades dos grupos minorizados e violentados é explicado por Tomaz Tadeu da Silva (2000), que propõe uma vetorização de forças nas construções identitárias. A definição do outro, como diferente de mim, perpassa por um processo de demarcação dos hábitos e características dele como estranhos e alheios aos meus, tendo aí um potencial de criação de uma hegemonia identitária pelos detentores do poder. Como o teórico afirma:

A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição - discursiva e lingüística - está sujeita a vetores de força, a relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas. (SILVA, 2000, p. 81).

Trazemos a noção identitária dos estudos culturais, que toma o outro como paradigma de diferenciação (positivo e negativo), de modo a enriquecer nossa percepção sobre como o trauma atravessa a visão de mundo dos sujeitos. Momentos históricos de violência estatais, como

a *Shoah*, termo hebraico para o Holocausto, ou as ditaduras africanas e latino-americanas, aniquilaram incontáveis biografias, jogando-as no esquecimento e dificultando a tarefa dos que conviviam com elas e permaneceram. Entretanto, e é por meio do entendimento torpe e misógino do outro que tais fatos ocorreram, é pelo outro lado dessa moeda que ele encontra iluminação. Seligmann-Silva (2008) afirma que o outro se apresenta também como uma ponte de retirada do mundo do trauma e da realocação ao mundo, e isso se dá por meio da narrativa.

Narrar o trauma se conflagra em uma busca de renascimento (SELIGMANN-SILVA, 2008), uma chance de compartilhar a outrem o ocorrido, construindo um novo caminho identitário em meio às ruínas do fato traumático. Esse movimento freudiano de escavação não fica enclausurado dentro de si mesmo, já que o narrar o externaliza e permite o contato e o reconhecimento do outro. Seligmann-Silva (2008) coloca o trauma como uma memória do passado que não passa, a qual se mantém viva em um limiar que mistura a realidade sinestésica do horror sentido com a fantasia mnemônica dos sonhos trazidos pela memória vívida. Isso coloca o sujeito do trauma em um não lugar, um estranho de dois mundos, perdendo seus elos com o mundo real, pois o dele não é mais assim, mas também impossibilitado de transitar normalmente na irrealidade das lembranças.

O testemunho é a vivificação dessa narrativa do trauma em matéria textual, mas o é feito por uma ingrata transcrição do “intranscritível”. Como afirma Seligmann-Silva (2005), a alocação dos sentimentos e do fato traumático em sintaxe sempre se dá com perdas substanciais da sinestesia traumática, já que as palavras não são semanticamente carregadas com a carga necessária para essa transmissão. Nossa cultura não foi construída de modo a emprestar os semas atrelados ao trauma. Os fatos ocorridos no século XX passaram a exigir algo que as nossas línguas de berço medieval não são capazes de fazer. Isso coloca o testemunho em um eterno

devir, exigindo da imaginação e da literatura remodelamentos da própria linguagem para que possa realizar a ponte dos indivíduos afetados pelo trauma e o mundo.

Na América Latina, o testemunho surge como sinônimo de resistência às ditaduras impostas durante o século XX (SELIGMANN-SILVA, 2008). Essa oposição torna-se necessária frente ao negacionismo imposto por aqueles que não foram afetados ou que querem manter esse estado de opressão e terror. Os diversos monumentos e políticas de amparo às famílias destruídas pelo “necropoder” dos Estados ditatoriais latino-americanos perpetuam-se até hoje, com exceção do Brasil, onde a ditadura é um fantasma travestido de camarada, mas que ainda assombra com enorme potência.

Jeanne Marie Gagnebin (2013) demonstra como o processo de reconciliação política, para que a ditadura findasse, jogou panos quentes por cima do ocorrido, impedindo que as vítimas e seus próximos pudessem lidar e narrar esse trauma. Ela afirma que a ditadura brasileira, ao contrário das outras latino-americanas, por ter sido mal trabalhada e impedida de ter seus horrores externalizados, ainda contamina o presente (GAGNEBIN, 2013). O esquecimento e o impedimento do luto é o grande problema visto nesse processo no país, não obstante ser a problemática que atravessa o romance *K: Relato de uma busca* (2014), de Bernardo Kucinski, com maior veemência.

Sob a sombra do dybbuk

K: Relato de uma busca (KUCINSKI, 2014) inicia, no capítulo intitulado “As cartas à destinatária inexistente”, com o narrador-protagonista recebendo um oferecimento de cartão de crédito para sua filha, Ana Rosa Kucinski, já falecida há mais de trinta anos. A leitura do nome dela no envelope desencadeia inúmeros questionamentos acerca da perda e dos ecos

deixados por ela no presente da cena. As reminiscências e indagações feitas pelo personagem tem como ponto de partida o descaso social perante a histórica necropolítica que afetou o período ditatorial brasileiro, e frente ao luto e a impossibilidade de acalento que a memória da filha merece.

Quando se questiona “como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inexistente há mais de três décadas?” (KUCINSKI, 2014, p. 7), o narrador parece demonstrar como a roda da sociedade avança de forma impiedosa, ignorando os sujeitos e suas identidades em prol de uma burocracia cega e voraz. Quando afirma que a carta recebida “é a síntese do sistema, o banco, da solidez fingida em mármore; o banco que não negocia com rostos e pessoas e sim com listagens de computador” (KUCINSKI, 2014, p. 7), percebemos o sentimento de ofensa do narrador com a dupla transfiguração de sua filha em números. Seja mais uma morte ou mais um provável cliente, Ana Rosa era agora apenas dados estatísticos.

Essa visão se completa quando K diz pela primeira vez que o corpo da filha não foi encontrado. A questão inicial aqui é em relação ao respeito à identidade de Ana Rosa, porém vemos que o objeto das divagações do narrador passa a ser, progressivamente, ele mesmo. A autocrítica figura o papel de pai, que, de alguma forma, se sente responsável pelo desaparecimento da filha, ao mesmo tempo em que se sente assombrado por ela:

É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descansa; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um Dybbuk, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. (KUCINSKI, 2014, p.7).

K retoma a imagem do carteiro, como se ele fosse a materialização da filha como um dybbuk, alma insatisfeita, em desassossego, que na cultura judaica cola em uma pessoa para atormentá-la. Novamente, temos

a progressão do sentimento paterno do protagonista ao afirmar que a dificuldade em lidar com a perda da filha não afetava só a dignidade da memória dela, mas a vida da família que permaneceu, “como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos.” (KUCINSKI, 2014, p.7).

Se somarmos esse fato com o conhecimento que temos *a posteriori* de que ela foi vitimada pela ditadura militar, percebemos o impacto que a falta do corpo da filha causa no narrador. Teles (2012) afirma que o terror do sumiço coloca os familiares dessas vítimas em um estado de tortura perpétua, já que “o desaparecimento e a falta de um momento de luto assumem uma dimensão tal que impossibilita a emergência de representações de um corte, de um antes e um depois” (TELES, 2012, p.110). E essa tortura é tamanha que K relaciona a casa que viveu durante todo esse tempo a uma catacumba, demonstrando o eco do necropoder estatal que assume para si o direito sobre o corpo do outro.

Bem como uma masmorra, a casa é para o narrador um esconderijo, um local para a autotortura e o sofrimento da perda, uma antimorada (KUCINSKI, 2014). Impossibilitada de ter uma, a casa se tornou, assim, a catacumba simbólica de Ana Rosa, onde K parece não ter a terra suficiente para sepultar a filha. A casa em questão, *per se*, não carrega nenhuma lembrança de Ana Rosa, já que, como afirma o narrador, a filha “nunca conheceu a nossa casa. [...] Nunca pôde ser a tia de seus sobrinhos. Eu sempre lamentei em especial essa consequência de tudo o que aconteceu” (KUCINSKI, 2014, p.8). Percebemos, novamente, que o foco do martírio do protagonista é ele mesmo e que seu lamento se tornou atemporal, iterativo.

Ao qualificar essa lamentação com o advérbio *sempre*, K estende o manto da dor para toda a sua vida. Essa configuração hiperbólica mescla temporalidades da memória pré e pós-perda, fazendo com que, independentemente do quadro mnemônico que o protagonista tente resgatar, virá acompanhado de lamento. A melancolia parece estar

introjetada em seu estado de espírito, já que mesmo memórias supostamente positivas, de quando Ana Rosa era viva, lhe trazem tristeza, uma vez que ele prospecta como seria se a filha tivesse vivido junto com o restante da família naquela casa.

No final do primeiro capítulo, em um movimento elíptico, o protagonista retoma ao gatilho que desencadeou o monólogo interior sobre Ana Rosa: o nome na carta. K parece sair de seu torpor subjetivo e demonstra o caráter coletivo da memória da filha, o fato de ela não ter sido a única vítima e, portanto, não ser a única pessoa a sofrer esse esquecimento, caracterizado por ele como uma doença, um “Alzheimer nacional”, imposto pela necropolítica para a manutenção da soberania do terror e da impotência das vítimas:

O nome no envelope selado e carimbado como a atestar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome no rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos” (KUCINSKI, 2014, p.8).

A partir daí, destacamos a figuração de dois elementos identitários de K, ambos oriundos da memória de Ana Rosa: o primeiro, interior, que revela um sentimento de omissão e autoculpabilidade pela morte da filha, sintetizada simbolicamente pela figura do dybbuk. O segundo elemento, externo, diz respeito à indignação do pai com o descaso da sociedade em relação aos desaparecimentos durante a ditadura militar, marcada pelo uso da expressão do “Alzheimer nacional” (KUCINSKI, 2014, p.8). A soma desses dois aspectos constrói, no primeiro capítulo, o motor interno que conduz o personagem na tentativa de encerrar o seu luto.

Conforme explica Teles (2012), o Brasil não teve o mesmo trabalho de luto social que outros países latino-americanos tiveram em seus

períodos pós-ditatoriais. Segundo ela, a falta dessa mobilização coletiva impede o esquecimento, daí o fato de K se sentir assombrado pelo simples nome da filha. A pesquisadora comenta ainda que os familiares dos mortos e desaparecidos durante a ditadura militar oscilam entre o luto, o recalque e o desejo de restituição do passado (TELES, 2012). Isso pode ser visto na sequência do romance, pois os capítulos que seguem mesclam-se entre digressões temporais e lembranças que permeiam a relação de K com Ana Rosa.

No segundo capítulo, são resgatadas memórias do momento em que Ana Rosa desapareceu. Novamente, percebemos uma reflexão rumo à autculpa: “como não perceber o tumulto dos novos tempos, ele, escolado em política? Quem sabe teria sido diferente se, em vez dos amigos escritores do iídiche [...] prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento?” (KUCINSKI, 2014, p.10). A reconstrução das memórias desse período passa a ser interpelada com questionamentos acerca do panorama político e histórico da época que, agora distanciado do tempo, K parece perceber melhor.

É importante destacar que esse capítulo altera a focalização narrativa, tendo agora, também, um narrador externo, que passa a focalizar K. Essa alteração parece causar um achatamento do personagem, aumentando a sensação de impotência dele frente ao acontecido, já que ele acompanha as lembranças a uma maior distância. Como percebido no trecho supracitado, essa voz narrativa externa faz uso de discurso indireto livre, aproximando-se do personagem, mantendo-nos a par dos sentimentos percebidos quando era o próprio K que narrava em focalização interna.

Após rememorar os dias iniciais do desaparecimento de Ana Rosa, e das buscas que fez na universidade e na casa da filha, K volta-se para os últimos momentos em que tivera contato com ela, buscando algum tipo de vestígio ou informação que lhe pudesse ser útil:

K. rememorou cenas recentes, o nervosismo da filha, suas evasivas, isso de chegar correndo e sair correndo, do endereço só em último caso e com a recomendação de não passá-lo a ninguém. Atarantado, deu-se conta da enormidade do autoengano em que vivera, ludibriado pela própria filha, talvez metida em aventuras perigosíssimas sem ele desconfiar, distraído que fora pela devoção ao iídiche, pelo encanto fácil das sessões literárias. (KUCINSKI, 2014, p.12).

Essa evocação das memórias de quando Ana Rosa estava viva coloca o protagonista nas duas bordas do vazio do desaparecimento. Tal espaço, incapaz de ser completado, é o vórtice pelo qual todas as memórias da obra giram em torno. Percebemos que a reconstrução mnemônica de K parece ter um padrão: o de resgatar a lembrança e julgá-la com o olhar do pós-perda. Isso nos demonstra que o processo de diferenciação identitária, essa marcação do eu e do outro (SILVA, 2000, p.81), para K, parece ser também interna. A perda da filha registra a fronteira da identidade anterior e a nova construída sobre as ruínas do trauma.

Percebemos que a insistência em se questionar sobre ter sido omissos, ludibriado por frivolidades, retoma a questão identitária quanto ao seu papel de pai. O narrador destaca isso ao se referir a K dessa forma: “assim começou a saga do velho pai, cada dia mais aflito, mais maldormido” (KUCINSKI, 2014, p.13). Nesse ponto temos uma potencialização da figuração paterna do protagonista e isso parece modificar a forma como K se relaciona com o mundo.

Quando ouve acerca de um encontro de familiares de desaparecidos políticos que ocorreria em uma igreja católica, K tem exposta a repulsa que tinha em relação ao catolicismo. Mais do que isso, é informado que ele tinha “desprezo pelas práticas religiosas todas” (KUCINSKI, 2014, p.14). Porém, ao entrar no templo, o protagonista demonstra como o desaparecimento da filha o tinha mudado, como se agora tudo que pudesse lhe trazer esperança

era válido, independente do que pensasse antes: “Ao entrar no salão central da Cúria Metropolitana, K sentiu o quanto o sumiço da filha já o havia mudado. Foi com simpatia que contemplou a imagem barroca da Virgem Maria situada no saguão, e outras de santos que desconhecia, postadas nos cantos” (KUCINSKI, 2014, p.14).

Na reunião, K entra em contato com diversos relatos de pessoas que perderam familiares por motivos políticos. Os depoimentos deixam K atônito em relação ao fato de “as pessoas desapareciam sem deixar vestígios” (KUCINSKI, 2014, p.15). Isso faz com que o protagonista relacione os desaparecimentos políticos brasileiros ao ocorrido com os judeus no holocausto:

K. tudo ouvia, espantado. Até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. A cada morte, davam baixa num livro. É verdade que nos primeiros dias da invasão houve chacinas e depois também. Enfileiravam todos os judeus de uma aldeia ao lado de uma vala, fuzilavam, jogavam cal em cima, depois terra e pronto. Mas os goim de cada lugar sabiam que os seus judeus estavam enterrados naquele buraco, sabiam quantos eram e quem era cada um. Não havia a agonia da incerteza; eram execuções em massa, não era um sumidouro de pessoas. (KUCINSKI, 2014, p.15).

Seligmann-Silva (2004) explica que esse momento testemunhal de compartilhar o trauma com outras pessoas, por meio do relato, é uma forma de reunir os fragmentos do ocorrido, tentando dar um sentido para ele. O testemunho possui um papel aglutinante entre um grupo de pessoas, colocando-as em um momento coletivo de reconstrução identitária (SELIGMANN-SILVA, 2004). Assim, ao ouvir as narrativas das famílias, K tem sua construção identitária relacionada com a memória dessas pessoas, passando a fazer parte dessa coletividade ao compartilharem o trauma

entre si.

O relato ou o testemunho de um momento traumático é uma forma de repetição, de aproximação, dando uma nova chance de lidar com ele. Trazer à tona essas situações, como nos depoimentos da reunião, “é uma tentativa de se preparar, de forma atrasada, para aquele momento” (TELES, 2012). Além disso, compartilhar o trauma na coletividade permite um momento de empatia, em que a dor pode ser compartilhada e novas perspectivas podem ser adicionadas à reconstrução memorial.

Quando é chamado para conversar com um delegado, K tem evocada sua identidade como polonês, “que julgava soterrada sob os escombros da memória” (KUCINSKI, 2014, p.15). Ele relembra sua irmã mais velha, Guita, que morreu de tuberculose na prisão, “a imagem repentina de Guita puxou a do delegado que o expulsara do topo da escadaria de Varsóvia aos gritos de que sua irmã nunca fora presa, de que teria fugido para Berlim, isso sim, com algum amante” (KUCINSKI, 2014, p.15). A lembrança funciona para K como um presságio, pois, ao encontrar-se com o general, que questiona o protagonista: “E se sua filha fugiu com algum amante para Buenos Aires? O senhor já pensou nisso?” (KUCINSKI, 2014, p.15).

Confrontando lembrança com o acontecido, K presencia a mesma estratégia por parte dos militares para encobrir a sua violência de Estado: culpabilizar a vítima. Entretanto, o que é importante destacar para a construção identitária de K é o retorno da memória da sua vida na Polônia. A mentira dos militares dos dois países torna-se uma ponte entre esses dois momentos da vida do personagem. Além da fala do general, por indução, antecipar o destino da filha (bem como foi com a irmã), parece confrontar a vida no novo país. Se K teve de deixar parte de sua identidade polonesa para trás e iniciar um processo de reconstrução no Brasil, agora a identidade também estava ameaçada e maculada.

Decorrido um ano do desaparecimento, o personagem resolve

erguer uma lápide simbólica para Ana Rosa, mesmo sem um corpo. K busca conforto espiritual e conversa com um rabino para colocar a *matzeivá*. Entretanto, “o rabino não só rejeita o pedido como demonstra frieza ante o seu drama” (KUCINSKI, 2014, p. 57), colocando a morte da filha, mais uma vez, como uma demarcação de fronteira identitária, agora, entre K e o clero judaico. Percebemos que K parece optar pela valorização da filha, buscando remediar a omissão que crê ter tido em relação à filha:

A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não era verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. Sofre a falta dessa lápide como um desastre a mais, uma punição adicional por seu alheamento diante do que estava acontecendo com a filha bem debaixo de seus olhos (KUCINSKI, 2014, p. 57).

A lápide, como vimos, parece uma forma de tentar encerrar o luto impossível pela falta do corpo. K está buscando desesperadamente algo que dê fim ao seu tormento. A aniquilação estatal do corpo de Ana Rosa impede que o luto de K tenha um desfecho, demonstrando uma das mais cruéis facetas da necropolítica. A busca não é mais pela filha, mas sim, por algum tipo de paz interior, um novo elo identitário com o mundo. É interessante perceber que a recusa do rabino parece dar a K uma noção identitária de pertencimento junto de outras pessoas injustiçadas pela comunidade judaica. O personagem resgata a memória de judias polonesas que se prostituíam devido à pobreza e isso as impossibilitava de um enterro aos moldes de sua cultura, “já que não lhes era permitido usar os cemitérios israelitas da comunidade” (BLAY, 2009, p. 250):

Antes ele insinuou que ela não era pura, agora fala em suicídio. O que sabe ele? Não sabe de nada. Ou ele quer dizer que ela não era uma boa judia, uma mulher justa, porque o marido era góí? Com esse

tipo de argumento negaram às polacas o direito ao sepultamento no cemitério da Vila Mariana; elas, que não eram bandidas, apenas judias pobres enganadas pela máfia. (KUCINSKI, 2014, p. 58).

K está posto em um lado identitário que não conhecia. Incongruências de sua cultura judaica que antes não lhe pertenciam, agora o atravessavam de maneira impactante. Como explica Silva (2000), “Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade” (SILVA, 2000, p. 81). Assim, K é distanciado de sua identidade judaica em prol da manutenção das tradições rabínicas, que agora divergiam de quem ele era.

O capítulo intitulado “Imunidades, um paradoxo” apresenta, talvez, o clímax na construção identitária de K. Se até então percebemos que o personagem deixa todos os seus matizes subjetivos para assumir a posição de pai, e disso ruma para uma figura paterna que luta contra todos, o capítulo em questão demonstra essa luta tornando-se resignação. Conforme ele inicia:

O pai que procura a filha desaparecida não tem medo de nada. Se no começo age com cautela não é por temor, mas porque, atônito, ainda tateia como um cego o labirinto inesperado da desapareição. O começo é um aprendizado, o próprio perigo precisa ser dimensionado, não para si, porque ele não tem medo de nada, para os outros: amigas, vizinhos, colegas de faculdade. (KUCINSKI, 2014, p. 63).

A voz narrativa que permeia esse capítulo altera-se novamente. Agora, K não parece estar sendo focalizado, mas o narrador utiliza sempre a expressão “o pai que procura a filha”, como uma generalização que pode evocar todos que se encontram nessa situação. O texto inclusive muda de tom para assumir um teor poético de uma pseudo epopeia, como se o

capítulo todo fosse como um resumo heroico da jornada identitária de K.

Como visto no trecho supracitado, o sentimento que permeia o início da busca é de coragem e valentia, o pai é um guardião que fará qualquer coisa para encontrar a filha. Entretanto, ao se defrontar com os diversos impeditivos em sua jornada, suas forças vão se esvaindo: “Descobre a muralha sem descobrir a filha. Logo se cansará de mendigar atenção. Quando os dias sem notícia se tornam semanas, o pai à procura da filha grita, destemperado” (KUCINSKI, 2014, p.63). Dando início à sua desistência no processo, sua derrota diante do mundo. Percebemos a decadência do personagem, em tom simbólico, no trecho:

Ao deparar na vitrine da grande avenida com sua própria imagem refletida, um velho entre outros velhos e velhas, empunhando como um estandarte a fotografia ampliada da filha, dá-se conta, estupefato, da sua transformação. Ele não é mais ele, o escritor, o poeta, o professor de ídiche, não é mais um indivíduo, virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política. (KUCINSKI, 2014, p. 64).

O personagem tem sua figuração aproximada das outras famílias que tiveram seus filhos desaparecidos. Ao se olhar no espelho, em uma ação simbólica de autorreflexão, o protagonista parece ter uma epifania. Observar-se segurando o estandarte com a imagem da filha é como contemplar toda sua luta, a bandeira que ergueu em prol de sua perda, e, com isso, K percebe ter se tornado outra pessoa. Não era mais um professor e escritor, mas o pai de uma desaparecida política.

Então, o capítulo encerra com a desistência do protagonista, em meio a mais uma mudança identitária, após o momento de epifania: “O pai que procurava a filha desaparecida já nada procura, vencido pela exaustão e pela indiferença. Já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de ser um ícone. Já não é mais nada. É o tronco inútil de uma árvore seca.”

(KUCINSKI, 2014, p. 64). Ao declarar o personagem um “nada”, um “tronco inútil”, percebemos que o narrador demonstra a queda moral de K e sua resignação em meio ao sofrimento, em meio a sua destruição identitária.

Considerações

A obra *K: Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski, apresenta uma narrativa intimista, na qual podemos perceber como a necropolítica constrói uma cadeia traumática que aniquila identidades e remodela as que delas também se constituíam. A mescla de vozes narrativas propicia uma movimentação tridimensional em torno da figura de K, não só o percebendo pela interioridade de seus sentimentos, mas olhando-o sob a perspectiva de seu isolamento frente à impossibilidade de encontrar Ana Rosa.

Percebemos, assim, que a morte da filha foi um marco de divisão identitária de K, tendo em vista que tudo o que ele foi antes do ocorrido acabou colocado em suspensão pelo terror do necropoder ditatorial brasileiro, que tomou para si não só o corpo, mas a existência de Ana Rosa. A memória serviu, para ele, como um condutor para a construção desse “novo eu” necessário para conseguir viver sob os escombros do trauma. Ao questionar constantemente suas lembranças, K questiona também a pessoa que ele era, buscando renascer das cinzas do incêndio em sua alma que foi perder a filha. Esse impeditivo fez com que K colocasse em dúvida a sua própria figura paterna e as possíveis atitudes que poderiam ter salvado a filha.

Para além desse aspecto paterno, destacamos o conflito identitário de K perante a sua herança judaica. A perda de Ana Rosa causou uma cisão entre o protagonista e os valores rabínicos, tendo em vista que sua perda não pode ser acalentada sob os preceitos da religião judaica. K passa a questionar essa manutenção identitária por ritos e símbolos, uma vez

que ela tem uma faceta excludente, fazendo-o participar desse grupo de desamparados.

O início da narrativa já demonstra o não pertencimento de K, que como vimos, foi se afastando da própria identidade de “pai de uma desaparecida”, até avançar para uma casca vazia. Assim, percebemos como a falta de um luto formalizado impediu o personagem de se reconfigurar em uma identidade fixada. Como explica Silva (2000), o processo de construção identitária ao mesmo tempo que tem uma tendência em se fixar, é volátil: “de um lado, estão aqueles processos que tendem a fixar e a estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-la e a desestabilizá-la” (SILVA, 2000, p.84).

A questão que se alarga com nossa leitura de K: Relato de uma busca, de Bernardo Kucinski, é o processo de apagamento das subjetividades feito pela ditadura militar brasileira, com a mão do necropoder, que interrompeu a construção identitária do protagonista. Esse luto imposto fez uma cisão na relação de K com Ana Rosa, retirando o outro que ele tinha como base para ver a si mesmo, pois, sem a filha, ele não era mais um pai. O protagonista K teve todas as suas pontes identitárias derrubadas, aquilo que o ligava a diferentes ambientes não mais existia, a única coisa restante foi o tormento da dúvida, da falta de um descanso para a filha e para ele mesmo, passaram a ser apenas K e o dybbuk.

Referências

BLAY, Eva Alterman. Gênero, Resistência e Identidade: Imigrantes judeus no Brasil. In: *Tempo Social*, revista de sociologia da USP. São Paulo, v.21, n.2, p. 235-258. 2009.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto. 2021.

FOUCAULT, Michael. *Nascimento da Biopolítica*: Curso no Collège de

France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGNEBIN, J. M, Walter Benjamin – Esquecer o passado? *In: Walter Benjamin. Experiência histórica e imagens dialéticas.* São Paulo: UNESP, 2013.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade.* Tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *K: Relato de uma busca.* São Paulo: Cosac Naify, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *In: Arte & Ensaios.* Rio de Janeiro, n.32, p. 122-151. 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento.* Tradução de Alain François et. al. Campinas, SP: UNICAMP, 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. As literaturas de testemunho e a tragédia: pensando algumas diferenças. *In: Ettore Finazzi-Agrò e Roberto Vecchi (orgs.). Formas e Mediações do Trágico Moderno. Uma Leitura do Brasil.* São Paulo, Unimarco, 2004.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *In: Psicologia Clínica.* Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 65-82. 2008.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *O Local da Diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura e tradução.* São Paulo: Editora 34, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. *In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Rio de Janeiro: Petrópolis. 2000.

TELES, Janaína de Almeida. Os trabalhos da memória: os testemunhos dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. *In: SELIGMANN-SILVA, Márcio et al. Escritas da violência.* Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

Under the shadow of the dybbuk: necropolitics and identity in K:
Relato de uma busca

Abstract: K: Relato de uma busca, by Bernardo Kucinski, presents the character K and his identity reconstruction after the disappearance of his daughter, Ana Rosa. This research aimed to find out how this process of (re)construction is fictionalized in Kucinski's work. For this, we read Mbembe (2016), and his primordial study on necropolitics, in addition to trauma studies and their reports, by authors such as Seligmann-Silva (2008) and Jeanne Marie Gagnebin (2013). After the loss of his daughter, the protagonist K begins to recall the moments that followed her disappearance, while reflecting on the facts with a post-loss perspective. He begins to question his previous identity, the habits he had and his own connection with Jewish culture. K seems unable to reconfigure a new identity that gives him comfort with the trauma, he says he feels haunted, and the work, in this way, ends up constituting a compilation of the screams of this ghost of loss.

Keywords: Bernardo Kucinski. Necropolitics. Trauma. Military Dictatorship. Identity.